

Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaios

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 De Dezembro de 2017

Índice

Anexo	3
1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1. Bases de Apresentação	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5. Ativos Fixos Tangíveis	9
6. Ativos Intangíveis.....	10
7. Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8. Inventários	10
9. Rédito.....	11
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	11
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	12
13. Benefícios dos empregados	12
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
15. Outras Informações	12
15.1. Investimentos Financeiros	12
15.2. Outras contas a receber.....	13
15.3. Diferimentos	13
15.4. Outros Ativos Financeiros.....	13
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	13
15.6. Fundos Patrimoniais	14
15.7. Estado e Outros Entes Públicos	14
15.8. Outras Contas a Pagar	14
15.9. Outros Passivos Financeiros	15
15.10.Subsídios, doações e legados à exploração	15
15.11.Fornecimentos e serviços externos	15
15.12.Outros rendimentos e ganhos	15
15.13.Outros gastos e perdas	16
15.14.Resultados Financeiros	16
15.15.Acontecimentos após data de Balanço	16

Anexo

1. Identificação da Entidade

O “Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaios” é uma instituição particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede na rua Direita na vila de Favaios, Concelho de Alijó. A sua actividade consiste na prestação de serviços de apoio social a idosos com e sem alojamento e prestação de serviços de apoio social a crianças, com as seguintes valências:

Equipamento Infância e Juventude:
- Creches (Média 33 Utentes)
-Jardins-de-Infância (Média 50 Utentes)

Equipamento Terceira Idade:
- Centros de Dia (Média 20 Utentes)
-Apoio Domiciliário (Média 32 Utentes)

Desenvolve também atividades de fornecimento de refeições, no âmbito da cantina social, diretamente e através de outras instituições e presta outras atividades de tempos livres.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11 e 18) e “Diferimentos” (Nota 12)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e o mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.3. Propriedades de Investimento

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.4. Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.5. Investimentos financeiros

Esta entidade detinha 224,37€ no Fundo de Compensação do Trabalho, obrigatório por lei.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Os Inventários que esta entidade detinha estavam valorizados em 1.708,20€ em 31/12/2017.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados não resultaram em saldo em 31/12/2017.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” apresentavam um saldo de 8.729,50€ em 31/12/2017 e as “*Outras contas a receber*” registavam um saldo de 5.610,20€ referente a adiantamentos a fornecedores de investimentos e outros devedores.

Outros ativos e passivos financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Esta entidade detinha 5.565,13€ nesta rubrica.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Os fornecedores registavam um saldo credor de 8.632,01€.

A rubrica “*outras contas a pagar/outros passivos correntes*” apresentava um saldo global de **44.069,36€**, dos quais 7.106,43€, são referentes a fornecedores de imobilizado, 9.913,66€ são referentes a outros credores e 31,03€ a dívidas a pessoal, e 27.018,24€ são referentes a credores por acréscimos de gastos (periodização económica).

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Os desta entidade são constituídos pelo quadro que se segue:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	49.082,01 €	0,00 €	-	49.082,01 €
56-Resultados Transitados	221.944,12 €	0,00 €	(10.756,65)	211.187,47
59- Outras Variações Patrimoniais	137.869,76 €	0,00 €	(3.927,94)	133.941,82 €
88 Resultado Líquido	(10.756,65) €	0,00 €	(9.733,61)	(20.490,26) €

3.2.9. Provisões

(Não aplicável a esta instituição)

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art. 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Bens do domínio público**

(Não aplicável a esta entidade)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(Não aplicável a esta entidade)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
Terrenos e recursos naturais	20.053,91	-	-	-	20.053,91
Edifícios e outras construções	727.769,17	14.891,26	-	-	742.660,43
Equipamento básico	41.646,92	4.709,82	-	-	46.356,74
Equipamento de transporte	78.496,60	-	-	-	78.496,60
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	13.551,57	233,88	-	-	13.785,45
Outros Ativos fixos tangíveis	57.850,87	-	-	-	57.850,87
Total	939.369,04	19.834,96	-	-	959.204,00
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	321.191,44	16.469,09	-	-	337.660,53
Equipamento básico	39.569,59	1.036,95	-	-	40.406,54
Equipamento de transporte	62.712,86	3.362,94	-	-	66.075,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	13.111,40	618,48	-	-	13.729,88
Outros Ativos fixos tangíveis	39.576,81	2.405,64	-	-	41.982,45
Total	476.162,10	23.893,10	-	-	500.055,20

Propriedades de Investimento

(Não aplicável a esta instituição)

6. Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta instituição)

Outros Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta instituição)

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Esta entidade detinha a 31/12/2016 e 31/12/2017 os seguintes empréstimos bancários:

Descrição	2016			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	47.945,57	47.945,57	-	43.711,57	43.711,57
Locações Financeiras	-	11.877,27	11.877,27	-	6.448,40	6.448,40
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	59.822,84	59.822,84	-	50.159,97	50.159,97

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reg. MP	Inventário em 31-Dez-2016	Reg. MP	Compras	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	-		-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.944,47	48.379,23	(16.506,01)	1.820,18	(20.625,73)	48.235,51	1.708,20
Total							

	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31.997,51			27.721,76
--	--	-----------	--	--	-----------

9. Rédito

Podemos observar no mapa comparativo dos dois últimos anos os valores que foram reconhecidos como Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	144.869,46	149.030,12
Quotas dos utilizadores	143.949,46	147.852,62
Quotas e Jóias	920,00	1.117,50
...Descontos e abatimentos		
Juros		
Total	144.869,46	149.030,12

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(Não aplicável a esta entidade)

Passivos contingentes

(Não aplicável a esta entidade)

Ativos contingentes

(Não aplicável a esta instituição)

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo	412.280,04	415.781,82
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Apoio Domiciliário)	95.869,44	97.626,70
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Centro de Dia)	26.023,20	26.570,40
Instituto da Segurança Social (Comunidade e Família-Programa de Emergência Alimentar)	87.420,00	64.782,50
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Creche)	84.991,55	102.778,37
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Jardim de Infância)	101.875,50	98.615,40
Subsídios IEFP (Medida Estimulo)	5.264,35	5.140,05
Município de Alijó	10.836,00	20.268,40
Total	412.280,04	415.781,82

12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(Não aplicável a esta instituição)

13. Benefícios dos empregados

O número médio de funcionários ao serviço desta Entidade durante o ano 2017 foi “30”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários nos últimos dois anos, foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	320.538,04	342.166,19
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	66.073,41	70.280,79
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.106,38	2.124,24
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal		
Total	388.717,83	414.571,22

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Esta entidade detinha a 31/12/2017 em investimentos financeiros o valor de 224,37€, referente ao Fundo de Compensação do Trabalho Obrigatório desde o ano de 2013.

15.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Adiantamentos ao pessoal	108,63	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	5.300,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	319,20	319,20
Perdas por Imparidade	-	-
Total	427,83	5.610,20

15.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros de Acidentes de Trabalho	508,31	554,18
Seguros Automóveis	665,54	682,83
Seguros Estabelecimento	132,96	21,24
Seguro Ramo Escolar	371,21	724,12
Seguros de Acidentes Pessoais	128,20	-
Total	1.806,22	1.982,37

15.4. Outros Ativos Financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	5.060,65	2.478,56
Depósitos à ordem	20.957,58	3.086,57
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	26.018,23	5.565,13

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	49.082,01	-	-	49.082,01
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	221.944,12	-	10.756,65	211.187,47
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	137.869,76	-	3.927,94	133.941,82
Total	408.895,89	-	14.684,59	394.211,30

15.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Reembolsos de Iva	2.543,50	3.613,25
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.543,50	3.613,25
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
IRS	1.642,37	1.799,17
Segurança Social	8.358,75	8.187,13
Fundo Compensação	-	13,14
Total	10.001,12	9.999,44

15.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remuneração a pagar	-	-	-	31,03
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	581,15	-	7.106,43
Credores por acréscimos de gastos	-	26.101,00	-	27.018,24
Outros credores	-	8.028,83	-	9.913,66
Total	-	34.710,98	-	44.069,36

15.9. Outros Passivos Financeiros

Não aplicável a esta entidade)

15.10. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	57.015,00	32.055,00
Serviços especializados	21.705,40	28.927,86
Materiais	9.956,23	4.486,66
Energia e fluidos	28.236,07	33.703,26
Deslocações, estadas e transportes	5.440,85	2.935,22
Serviços diversos (*)	16.996,58	22.729,19
Limpeza Higiene e Conforto	6.878,77	7.396,80
Comunicação	2.556,40	2.625,77
Seguros	2.730,47	3.081,96
Total	139.350,13	124.837,19

(*) 3 Rúbricas com maior valor

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,01
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	180,00	-
Outros rendimentos e ganhos	18.389,74	13.653,57
Total	18.569,74	13.653,58

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	72,19	304,04
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	437,58	3.046,60
Total	509,77	3.350,64

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.427,67	2.737,97
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	661,79	71,83
Total	3.089,46	2.809,80
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(3.089,46)	(2.809,80)

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2017.